

As relações entre a ditadura militar brasileira e a França durante o governo de Castelo Branco

PAULO CÉSAR GOMES*

Às vésperas do golpe de Estado que tirou João Goulart da Presidência da República, as relações franco-brasileiras encontravam-se em um processo de reconstrução. Foi, portanto, no início do governo de Castelo Branco que se buscou solucionar todas as pendências ainda existentes entre os dois países. Antes da chegada do general de Gaulle ao Brasil, uma missão negociadora foi enviada a Paris pelo Itamaraty para concluir a resolução do contencioso financeiro.¹ Decerto, a finalidade era reverter a contrariedade que o modo de atuação do Brasil diante dos conflitos com a França havia causado àquele país, colaborando, assim, para melhorar a imagem brasileira no exterior. No momento do golpe nem a representação francesa no Brasil e nem a brasileira na França tinham um embaixador à sua frente, o que era resultado dos atritos decorrentes da chamada Guerra da Lagosta.

A repercussão do golpe na imprensa francesa incomodou sobretudo o Itamaraty. A Embaixada de Paris enviava os recortes de todos os jornais que tratavam da situação política do Brasil.² O golpe havia repercutido, segundo o diplomata Raul de Vincenzi, em todos os jornais franceses, incluindo os populares. O diretor do jornal *Le Monde*, Hubert Beuve-Méry, publicou, na edição do dia 4 de abril, um editorial intitulado “A Ordem contra o Progresso”, que dizia: “A legalidade de ontem toma a forma de uma vasta e tenebrosa conspiração comunista, enquanto a rebelião aparece como uma impressionante manifestação do patriotismo e da legalidade”.³ Além disso, o correspondente no Brasil do referido veículo, o jornalista Irineu Guimarães, bem como o correspondente de *Le Figaro*, Daniel Garric, adotaram posições bastante críticas sobre a intervenção militar. Eles, de acordo com Raul de Vincenzi, buscavam contestar o fundamento legal da chamada “revolução” e duvidavam de seus propósitos democráticos. A atitude dos militares foi vista por esses jornais como uma reação da direita contra os avanços sociais propostos pela esquerda e a aplicação do rótulo genérico de “comunista” a qualquer opositor foi duramente criticada. Em uma carta-telegrama

* PPGHIS/UFRJ, Doutorando, FAPERJ.

¹ “Cópia de notas”. 12/1/1965. Ofício n. 30. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivos, DEOc/30/342.2(85).

² O Setor Político da Embaixada era responsável por selecionar os recortes das matérias sobre o Brasil na imprensa francesa. Cf. 28/4/1964. Ofício n. 243. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivos.

³ “La légalité d’hier prend la forme d’une vaste et ténébreuse conspiration communiste, cependant que la rébellion apparaît comme l’éclatante manifestation du patriotisme et de la légitimité.” *Le Monde*, 4/4/1964. Cf. “Remessa de recortes”. 7/4/1964. Ofício n. 187. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivos, Deoc/DD/187/500.591.7(85), anexo.

do dia 8 de abril de 1964, Raul de Vincenzi chamou atenção para a substituição do citado correspondente de *Le Figaro* por Max Olivier-Lacamp e ressaltou que este teria uma orientação ideológica diferente daquele, isto é, até aquele momento, não havia se posicionado de maneira crítica perante a situação política brasileira ao avaliar o processo da eleição presidencial.⁴ Ainda de acordo com Raul de Vincenzi, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Maurice Couve de Murville, teria criticado a influência norte-americana sobre o Brasil, no entanto, logo em seguida, o Quai d'Orsay teria desmentido as suas palavras.⁵ Cabe ressaltar que o antiamericanismo francês, nascido nos anos 1930 nos meios de extrema-direita, passou a fazer parte da vida política e cultural daquele país. Em meados dos anos 1960, aproximadamente a partir da intervenção dos Estados Unidos no Vietnã, essa tradição ganhou ainda mais força (GARROT, 1994:147).

Logo após o golpe, o novo ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, enviou um telegrama para a Embaixada em Paris solicitando que Raul de Vincenzi fosse o mais rápido possível ao Quai d'Orsay esclarecer os motivos da intervenção militar e falar sobre a política externa do novo regime. No dia anterior, o recém nomeado ministro havia difundido um boletim para as representações do Brasil no exterior, no qual explicava as novas diretrizes da política externa nacional. A declaração, ao assegurar a permanência das alianças internacionais do Brasil, teve o efeito de garantir a transição pacífica para o novo regime, buscando evitar a perda de confiança e os efeitos negativos do golpe sobre as relações externas brasileiras. No telegrama mencionado, Leitão da Cunha solicitava a Raul de Vincenzi que traduzisse o boletim que ele próprio havia redigido e o entregasse em sua visita ao Quai d'Orsay. O objetivo era evitar que o governo francês adotasse a mesma perspectiva que a imprensa daquele país vinha difundindo sobre a “revolução”. Leitão da Cunha reforçava “a estranheza que nos causam essas interpretações da imprensa francesa que se afastam da realidade, dando à opinião pública uma visão distorcida dos fatos”.⁶ Ele afirmava que o Brasil manteria a normalidade de suas relações internacionais sem restrições ideológicas, porém, admitia poder haver um esfriamento do intercâmbio brasileiro com países socialistas. A relevância internacional de Leitão da Cunha foi muito importante para a consolidação do regime no âmbito externo. Logo após a eleição, o general de Gaulle enviou um telegrama ao

⁴ “Eleição presidencial”. 8/4/1964. Carta-telegrama n. 93. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegrama recebidas, Ostensivos, Deoc/DI/93/500.

⁵ “Remessa de recortes”. 7/4/1964. Ofício n. 187. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivos, Deoc/DD/187/500.591.7(85).

⁶ “Situação política no Brasil. Comentários na imprensa francesa”. 8/4/1964. Telegrama n. 98. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Ostensivos, Deoc/DI/500.591.7(85).

novo presidente, o que foi tido como o reconhecimento oficial da França sobre o novo governo.⁷ Assim, ao contrário dos EUA, que foi primeiro país a reconhecer o regime, a França, inicialmente desconfiada, só o fez depois que Castelo Branco foi escolhido presidente.

Alguns dias mais tarde, Raul de Vincenzi informou à Secretaria de Estado que havia solicitado uma audiência com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Couve de Murville, mas que, na sua ausência, foi atendido pelo ministro das Reformas, Louis Joxe, que assumira interinamente a direção do Quai d'Orsay. Nessa reunião, o representante brasileiro entregou a tradução do documento ao ministro, conforme Leitão da Cunha havia solicitado, comentando sobre a preocupação brasileira quanto ao governo francês adotar o mesmo posicionamento crítico da imprensa daquele país com relação à intervenção militar no Brasil. Louis Joxe, conforme o relato de Vincenzi, deixou claro que a França não se aproximava das “conclusões primárias” difundidas pelos jornais, pois essas eram incompatíveis com as informações recebidas diretamente da Embaixada francesa no Rio. Ressaltou, portanto, que era imprescindível não confundir a opinião da imprensa com a do governo, assim como, segundo ele, a França havia feito “impropriamente” na crise da lagosta. Finalizou, contudo, afirmando que, embora não pudesse influir no posicionamento da imprensa, que “na França, como no Brasil, goza de completa liberdade”, iria recomendar ao Ministro da Informação que orientasse ao rádio e à televisão, “meios de divulgação que se encontram sob o controle do governo”, para que adotassem um tom mais moderado e equilibrado em suas interpretações.⁸

Para o governo francês, mesmo que a chegada dos militares ao poder o tivesse surpreendido e tenha sido vista, de início, com alguma desconfiança, a possibilidade de lidar com um regime que aparentava maior estabilidade foi muito bem recebida.⁹ João Goulart nunca havia sido considerado pelas autoridades francesas um interlocutor com o qual acordos importantes pudessem ser estabelecidos. Nesse sentido, segundo o encarregado de negócios, Jean-Paul Anglès, o golpe foi um alívio para a França, ou seja, representou a promessa de

⁷ “Situação política no Brasil. Missão do governador Carlos Lacerda”. 18/5/1964. Telegrama n. 129. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Secreto, G/Deoc/430.1(42)(600).

⁸ “Situação política no Brasil. Comentários da imprensa francesa”. 12/4/1964. Telegrama n. 85. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Confidenciais, Deoc/DI/500. O ministro Louis Joxe escreveu um memorandum em que analisava a conjuntura política brasileira e o leu em um reunião do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esse documento foi entregue a Raul de Vincenzi pelo deputado Charles de Chambrun, que reforçou a importância de mantê-lo sob sigilo e de que fosse enviado para o Itamaraty. No entanto, não localizamos o memorandum no AHMRE, onde está apenas o seu encaminhamento. Cf. “Situação política nacional. Memorandum do Ministro Joxe”. 14/4/1964. Ofício n. 209. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Secreto, AEAf/Deoc/209/500.

⁹ Entrevista de Michel Koch à Luciana Uchoa, 27 de maio de 2000.

ordenação de um cenário que viam como extremamente caótico. Após o golpe, as relações bilaterais tiveram um considerável progresso. Tendo a França um governo mais à direita do espectro político, não há como menosprezar os aspectos ideológicos que levavam a certa incompatibilidade da diplomacia daquele país com o governo de Goulart, embora houvesse de fato uma grande dificuldade de lidar com a sua instabilidade e desorganização.¹⁰

De modo geral, os representantes da França no Brasil viram o golpe como uma intervenção pontual e temporária, que não havia gerado mortes, prisões e torturas em massa.¹¹ Ainda assim, ao contrário do governo dos Estados Unidos, que, desde o início, ao reconhecer o novo regime, não colocou em dúvida o seu caráter constitucional, até mesmo por ter apoiado o golpe, a embaixada francesa tinha muitas dúvidas com relação à legalidade da intervenção militar. Nos primeiros dias de abril de 1964, Jean-Paul Anglès relatou ao Quai d'Orsay sua preocupação com a declaração de vacância da Presidência da República pelo presidente da Câmara dos Deputados, Auro de Moura Andrade, estando Goulart ainda em território nacional. Falou ainda da sua apreensão com as ações repressivas dos recém-chegados governantes contra os seus adversários, sobretudo aqueles que haviam feito parte do poder destituído (UCHOA, 2000:28). Esse fato não impediu que o governo francês tenha reconhecido o regime que viera de ser instaurado, embora só o tenha feito após a eleição de Castelo Branco.

Após o Ato Institucional, que cassou mandatos legislativos e suspendeu os direitos políticos de dezenas de cidadãos civis e militares, começou um movimento de partida de brasileiros para o exílio. Embora Montevideú tenha sido o lugar que, nesses primeiros momentos, recebeu o maior número de indivíduos que buscavam escapar das punições arbitrárias do novo governo, Paris também foi o destino escolhido por alguns deles (ROLLEMBERG, 1999: 50;57). Desde quando os primeiros brasileiros começaram a ir para o exílio, o Itamaraty e as suas representações no exterior começaram a atuar para informar a outras instâncias governamentais sobre as atividades de seus compatriotas em outros países. Esse posicionamento do ministério foi adotado antes mesmo da criação de órgãos de informações vinculados ao SNI especializados em questões externas, isto é, o CIEEX, criado em 1966, e a DSI-MRE, criada em 1967.

Um dos primeiros cidadãos brasileiros a ir para a França foi Josué de Castro, intelectual pernambucano reconhecido internacionalmente. Como embaixador brasileiro junto

¹⁰ Entrevista de Jean-Paul Anglès à Luciana Uchoa, 11 de abril de 2000.

¹¹ *Ibd.*

5

à ONU, nomeado por Goulart, ele se encontrava em Genebra em missão oficial na Conferência do Desarmamento e na Conferência Mundial do Comércio, quando soube que havia tido os seus direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional, antes mesmo de ser oficialmente dispensado de sua função pública. Embora houvesse recebido convites de universidades de várias cidades do mundo para compor os seus quadros, Josué de Castro acabou optando por ir para Paris, onde havia sido convidado para dirigir o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID). Algum tempo mais tarde, a Seção de Segurança Nacional do MRE solicitaria à Embaixada de Paris informações detalhadas sobre a entidade, tais como, os nomes dos seus dirigentes e financiadores, o tamanho de suas instalações e os seus projetos.¹² A resposta viria alguns meses depois por meio de um ofício secreto. O CID foi criado em dezembro de 1964 com sede em Genebra e um escritório executivo em Paris.¹³

Não demorou para que as notícias sobre as arbitrariedades cometidas pelo governo brasileiro chegassem ao exterior. As representações diplomáticas sempre estiveram atentas a essas denúncias para que pudessem manter as autoridades brasileiras a par do que era divulgado lá fora sobre o país. Não é de se estranhar que o Itamaraty tenha sido investido da função de zelar pela imagem externa do Brasil, o que é um papel comum dos serviços diplomáticos em qualquer regime político. Naquele contexto, as especificidades do órgão estavam relacionadas à sua atuação para impedir a divulgação, por qualquer meio que fosse, de notícias sobre as práticas repressivas do regime militar brasileiro e, também, ao seu esforço para propagar uma imagem positiva do país no exterior. O serviço diplomático desenvolvia programas de difusão da cultura brasileira, patrocinava viagens de jornalistas franceses ao Brasil em troca de matérias elogiosas ao país, tentava intervir no tom crítico adotado pela imprensa francesa sobre a situação política do Brasil, esforçava-se para estabelecer acordos de cooperação técnica e econômica com o governo daquele país, buscava monitorar e, quando possível, cercear as atividades políticas contestatórias de brasileiros em território francês, entre outras estratégias. A finalidade última era não apenas divulgar uma imagem favorável do Brasil, reafirmando constantemente que o país vivia sob as regras de um regime democrático, mas controlar a forma como deveríamos ser vistos por aquele Estado e pela opinião pública francesa.

¹² “Centro Internacional para o Desenvolvimento”. 16/7/1965. Telegrama n. 473. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Secreto, SSN/Deoc/Doa/650.(00).

¹³ “Informações sobre o Centro Internacional para o Desenvolvimento”. 8/10/1965. Ofício n. 916. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Secreto, Aeaf/Deoc/Dpf/916/650.(00).

A preocupação com a imagem externa do Brasil sempre foi muito comum entre determinados setores das elites brasileiras ao longo da história e a veiculação de notícias negativas do país no exterior costuma provocar certa mobilização dos ânimos nacionalistas da população (FICO, 1997: 45-52). No entanto, é possível afirmar que, com o decorrer dos anos, o Itamaraty consolidou-se como uma agência estatal de relações públicas em âmbito internacional. A oferta de viagens a jornalistas para virem ao Brasil em troca da publicação de reportagens favoráveis ao país, a divulgação da música brasileira em rádios francesas, o patrocínio de shows de artistas nacionais, o ensino da língua portuguesa em universidades, o financiamento da tradução de obras da literatura brasileira e a distribuição de material turístico eram algumas das iniciativas utilizadas para promover a imagem do Brasil na França. No entanto, apesar de todo esse empenho, que pode ser interpretado como uma das maneiras de construir a legitimidade do Estado brasileiro no exterior naquele período, as possibilidades de ingerência na percepção que se tinha do Brasil lá fora sempre foram muito limitadas.

A eleição de Castelo Branco e do vice-presidente José Maria Alkimin, no dia 11 de abril, foi comunicada oficialmente por carta ao governo francês no dia 14. Ressaltava-se o fato de o processo eleitoral ter ocorrido em conformidade com a Constituição Federal. O documento era também um convite para a posse, que ocorreria no dia 15 “com a presença das missões diplomáticas creditadas junto ao governo brasileiro”. No dia seguinte, o ministro interino dos Negócios Estrangeiros enviou uma carta à Embaixada brasileira, na qual agradecia o convite e transmitia as “vivas felicitações” do governo francês para os recém-eleitos. Aproveitava para lembrar que, assim que tomara conhecimento do resultado das eleições, o general de Gaulle enviou uma mensagem ao novo Presidente da República do Brasil.¹⁴ Castelo Branco tinha o respeito das autoridades francesas e era visto como um francófilo. Ao longo de seu governo, os aspectos antidemocráticos jamais foram diretamente apontados pelo governo daquele país, que tendia a ressaltar o seu caráter moderado (UCHOA, 2000: 31).

Nas primeiras semanas após o golpe, Carlos Lacerda foi designado por Castelo Branco para ir explicar a nova conjuntura política brasileira nas democracias europeias e, em seguida, nos Estados Unidos, visto que “a imagem da Revolução estava sendo muito deformada pela imprensa estrangeira” (LACERDA, 1978: 310). O governador do estado da Guanabara era um dos nomes mais expressivos do radicalismo autoritário e havia sido um dos mais veementes

¹⁴ “Eleição presidencial brasileira. Nota do Quai d’Orsay”. 20/4/1964. Ofício n. 220. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivos, C/Deoc/220/501.5.

apoiadores civis da intervenção militar com seus discursos agressivamente anticomunistas e de acentuado moralismo. Na Europa, sua primeira parada seria Paris, depois Londres, Itália, Grécia e Portugal. Antes da partida, Lacerda advertiu ao MRE de que havia recebido informações sobre o planejamento de manifestações contra ele de brasileiros residentes em Paris, sobretudo estudantes. O aviso fez com que a Secretaria de Estado solicitasse à Embaixada um reforço em sua segurança enquanto estivesse naquele país, inclusive porque ele havia ameaçado reagir às possíveis hostilidades.¹⁵

Carlos Lacerda chegou a Paris no dia 23 de abril e, logo após desembarcar no Aeroporto de Orly, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa francesa, que, em razão do tom agressivo adotado por ele em suas colocações, gerou uma repercussão fortemente negativa. Quando perguntado sobre a sua fama de “derrubador de presidentes”, Lacerda respondeu que o general de Gaulle também já havia derrubado um presidente.¹⁶ Questionado se ainda havia comunistas no Brasil após a intervenção militar, respondeu afirmativamente, pois, segundo ele, ao contrário da França após o período da liberação, o Brasil não havia fuzilado os seus opositores. Em outro momento da entrevista, ao comentar o posicionamento dos jornais franceses sobre a política brasileira, afirmou:

Os correspondentes franceses falsearam completamente a questão. São imbecis ou bandidos. Creio que na imprensa francesa não se aprendeu nada desde 1939, quando uma parte da imprensa vendeu a França aos nazistas. Agora querem vender a França aos comunistas, colocando correspondentes comunistas ou pró-comunistas em meu país.¹⁷

Lacerda citou ainda, como exemplo, o correspondente de *Le Monde* no Brasil, Irineu Guimarães, qualificando-o como “comunista militante”. Na sequência, foi indagado sobre uma “caça às bruxas” que estaria ocorrendo no Brasil e, sobre isso, disse: “Não conheço feiticeiras. Conheço um feiticeiro, e mau feiticeiro, que é o senhor Beuve-Méry, diretor do *Le Monde*”.¹⁸ E completou com um comentário ainda mais radical: “Em 1939, a *grande presse* da França apresentou Hitler com um tom pacifista, porque falava em paz, e agora apresentou Goulart como reformista, porque falava de reformas”. Indagado sobre as suas expectativas

¹⁵ “Viagem do governador Carlos Lacerda à Europa”. 22/4/1964. Telegrama n. 95. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Secreto, G/430.1(42)(600).

¹⁶ Carlos Lacerda referia-se ao chamado “golpe de 13 maio” que, no contexto da Guerra da Argélia, derrubou o governo de Félix Gaillard e trouxe Charles de Gaulle de volta ao poder inaugurando, assim, a V República na França. Ver FERRO, Marc. *História de França*. Lisboa: Edições 70, 2013. p. 460-462.

¹⁷ “Situação interna do Brasil. Entrevista do governador Carlos Lacerda em Paris”. 24/4/1964. Telegrama n. 99. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, G/Deoc/DI/430.1(42)(600).

¹⁸ *Id.*

com relação à visita do general Charles de Gaulle ao Brasil, falou que não esperava nada além de banquetes e discursos. E concluiu dizendo que admirava de Gaulle, que o considerava um grande estadista, mas que se portava como se a França fosse uma Monarquia.

Como não é de se espantar, as afirmações de Carlos Lacerda repercutiram da pior maneira possível naquele país. A imprensa francesa foi unânime em repudiar as suas declarações, especialmente as que se referiam aos jornalistas franceses e a Charles de Gaulle. O jornal *Le Monde* posicionou-se afirmando que a violência das palavras de Lacerda impediam de levá-las a sério. Já o *Aurore* considerou os excessos de sua fala como “incompatíveis com as regras da hospitalidade”. Da mesma forma, a entrevista causou grande incômodo ao governo francês. O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Maurice Schumann, chegou a sugerir que a viagem do general de Gaulle ao Brasil fosse cancelada.¹⁹

Lacerda, por sua vez, diminuiu a importância de sua entrevista e atribuiu o mal entendido criado com o governo francês à responsabilidade da Embaixada brasileira, que teria tratado de retirar imediatamente o caráter oficial de sua viagem à França, tratando-o junto às autoridades daquele país como mero “jornalista da oposição, um governador assim meio atrabiliário e que absolutamente não representava a opinião do Brasil” (LACERDA, 1978:369). Posteriormente, por interpretar a atuação da embaixada brasileira por esse viés, Carlos Lacerda, em uma de suas entrevistas, chegou a afirmar que praticamente não havia representação diplomática brasileira em Paris. Essa colocação fez com que Raul de Vincenzi, indignado, pedisse à Secretaria de Estado que fosse transferido para outro posto.²⁰ Por outro lado, o próprio presidente Castelo Branco teria enviado-lhe um telegrama elogiando-o por ter defendido a “revolução” em sua entrevista (LACERDA, 1978:312-313).

Logo após o golpe, a imprensa francesa começou a noticiar as ações arbitrárias do governo brasileiro. Com o passar dos anos, essas denúncias seriam cada vez mais frequentes e passariam a mobilizar a opinião pública francesa contra essas violações que vinham ocorrendo no Brasil. Por esse motivo, a Secretaria de Estado julgava muito importante ser diariamente informada do que era veiculado na imprensa francesa sobre o Brasil. E, assim sendo, instruía a embaixada a enviar os recortes das publicações acompanhados de comentários sobre o autor da matéria, o veículo no qual havia sido publicada e, mais

¹⁹ “Visita do governador da Guanabara à França. Entrevista à imprensa”. 24/4/1964. Telegrama n. 100. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, Deoc/100/430.1(42)(600).

²⁰ “Missão do governador Carlos Lacerda”. 26/5/1964. Telegrama n. 151. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, Deoc/DP/C/500.

importante, se a embaixada ou pessoas a ela ligada poderiam ter influenciado na produção desses textos.²¹

Em razão do que o governo brasileiro considerava uma interpretação equivocada da “revolução” por parte da imprensa estrangeira, Raul de Vincenzi redigiu uma carta explicando os propósitos da intervenção militar e enviou aos diretores dos jornais *Le Monde*, *Le Figaro*, *La Nation*, *Combat*, *L’Aurore*, *France-Soir*, *L’Information Latine* e, também, à agência *France Presse*. De acordo com o diplomata, o objetivo de encaminhar a citada carta para todos esses veículos devia-se a uma característica peculiar da imprensa francesa, pois “os diários prestigiosos não são os de maior tiragem”. Sendo assim, o *France-Soir* e *L’Aurore*, embora não fossem muito influentes no âmbito internacional, reuniam um número muito expressivo de leitores. Já *La Nation*, porta voz do partido *Union pour la Nouvelle République*, era muito lido pelos setores governamentais e, por último, *L’Information Latine* era destinado ao público latino-americano de Paris.²² No entanto, como *Le Monde* e *Le Figaro* eram os mais importantes, Vincenzi foi à redação desses dois jornais para falar diretamente com os seus respectivos diretores, Beuve-Méry e Pierre Brisson. O resultado foi diferente para cada um dos encontros. Enquanto Pierre Brisson aceitou publicar a carta integralmente, Beuve-Méry não ficou convencido da necessidade de dar visibilidade a tal documento. O diretor de *Le Monde* acabou resolvendo publicá-lo, no entanto, ao enunciar do que se tratava o texto, teceu críticas bastante contundentes às medidas de exceção praticadas pelo governo brasileiro.²³

A carta falava que João Goulart havia traído o povo brasileiro ao permitir a infiltração de “elementos comunistas” na administração pública, nos sindicatos, nas universidades e, até mesmo, nas Forças Armadas, colocando em risco o processo constitucional e provocando a destruição da democracia representativa. Nesse sentido, a reação contra o seu governo teria contado com amplo apoio da população brasileira, o que teria provocado a sua saída voluntária do cargo, pois teria se deparado com a absoluta impossibilidade de continuar o seu mandato. Foi apenas por ter deixado a Presidência vazia que teria surgido a necessidade de se eleger um novo ocupante para o cargo. Vincenzi reforçou ainda que, em nenhum momento, teriam sido impostas restrições à imprensa, tampouco aos direitos e garantias individuais, a não ser para

²¹ “Situação nacional. Remessa de recortes”. 30/4/1964. Ofício n. 254. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivo, Deoc/DI/254/591.7(85), anexo.

²² O jornal *L’Information Latine* publicou a carta na íntegra. “Carta elucidativa sentido e propósito revolução 1º de abril. Remessa de recortes”. 12/5/1964. Ofício n. 274. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Confidencial, SG/DI/274/500, anexo.

²³ “Situação interna brasileira”. 27/5/1964. Telegrama n. 172. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Reservado, Deoc/500.

limitar as ações de “elementos subversivos que estavam infiltrados em todos os setores da vida nacional”.²⁴

No final de maio de 1964, foi solicitado o *agrément* para o diplomata Antônio Mendes Vianna.²⁵ A França já havia feito o mesmo pedido para Pierre Sébilleau e este chegaria ao Brasil no final de junho. A opinião do Quai d’Orsay era que a designação de embaixadores iria contribuir muito para a regularização das relações entre os dois países²⁶ e, prontamente concedeu o *agrément*.²⁷ Em 18 de julho de 1964, o embaixador Antônio Mendes Vianna assumiu a embaixada em Paris.

Após um certo suspense sobre o Brasil ser ou não incluído na viagem de Charles de Gaulle à América do Sul, a visita ocorreu entre os dias 13 e 16 de outubro de 1964, a primeira de um chefe de Estado francês ao nosso país. Cerca de um mês antes da partida, Mendes Vianna teve uma audiência com o presidente francês para falar sobre a programação de sua estadia. Segundo de Gaulle, a ida ao Brasil seria “o ponto principal de sua viagem”. Todavia, umas das questões centrais tratadas no encontro foi sobre a participação de Carlos Lacerda nas cerimônias oficiais durante a sua passagem pela Guanabara. O general de Gaulle demonstrou que não gostaria da presença do governador do estado, dado que, em sua missão na França, Lacerda havia dito que a sua viagem ao Brasil se resumiria a discursos e baquetes, nada mais.²⁸ De fato, os dois acabaram não se encontrando. Naquele momento, Lacerda já se afastava do governo pelas duras críticas que vinha fazendo a Castelo Branco. Apenas o presidente brasileiro esteve presente na faustosa recepção a Charles de Gaulle no Rio de Janeiro, com o qual, inclusive, teve grande empatia (VIANNA FILHO, 1975:175-176). Essa visita estava incluída em um extenso roteiro que ele fez a dez países da América Latina ao longo de 25 dias com o objetivo de incrementar a presença francesa na região e, ao mesmo tempo, apresentar-se como um alternativa à predominância norte-americana, sobretudo no âmbito cultural. A ocasião foi vista como uma oportunidade de estabelecer projetos de desenvolvimento e, efetivamente, serviu para que os vínculos entre o Brasil e a França, muito

²⁴ “Comentários imprensa francesa. Carta elucidando sentido e propósitos revolução 1º de abril”. 11/5/1964. Ofício n. 273. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Confidencial, SG/DI/273/500.

²⁵ “*Agrément*. Embaixador Antônio Mendes Vianna”. 28/5/1964. Telegrama n. 156. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, SG/DP/Deoc/921.1(42)(85).

²⁶ “*Agrément*. Embaixador Antônio Mendes Vianna”. 28/5/1964. Telegrama n. 157. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, SG/DP/Deoc/921.1(42)(85).

²⁷ “*Agrément*. Embaixador Antônio Mendes Vianna”. 03/6/1964. Telegrama n. 163. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, SG/DP/Deoc/921.1(42)(85).

²⁸ “Visita do general de Gaulle ao Brasil”. 12/9/1964. Telegrama n. 296. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, C/Deoc/430(85)(42).

abalados pela Política Externa Independente, fossem fortalecidos. Não se pode esquecer, no entanto, de que o governo de Castelo Branco caracterizou-se pela grande prioridade concedida às relações com os Estados Unidos, um dos mais importantes apoiadores do golpe de 1964 (FICO, 2008). Essa dominação norte-americana sobre a América Latina causava grande desagrado aos franceses.

Alguns dias antes da partida do general de Gaulle, a Secretaria de Estado solicitou ao Ministério da Guerra uma lista dos cidadãos franceses que residiam no Brasil. O documento, que também foi encaminhado para a Embaixada francesa, tinha o objetivo de manter esses indivíduos sob vigilância de modo a garantir a segurança do presidente francês.²⁹ Certamente, o MRE estava se referindo aos franceses envolvidos na oposição à independência da Argélia que haviam passado a viver asilados no Brasil. Também houve a preocupação com cidadãos franceses que viriam ao Brasil no mesmo período em que de Gaulle aqui estivesse. A instrução da Secretaria de Estado para o Consulado Geral era que a triagem de candidatos à concessão de vistos deveria ser feita com muita cautela. Nesse sentido, o Consulado Geral havia recebido uma informação da Polícia Nacional de que dois franceses que acabavam de seguir para São Paulo, François Aubrun e Hubert Bassot, eram considerados “ativistas perigosos” partidários da Argélia francesa.³⁰

Ao término da longa viagem do presidente francês, a avaliação da embaixada era de que os resultados haviam sido muito satisfatórios e haviam correspondido às expectativas, embora fossem bastante claras as limitadas possibilidades de ação da França, sobretudo nos campos econômico e financeiro.³¹ É inegável que a presença do presidente francês em território nacional contribuiu para a legitimação do governo de Castelo Branco no cenário internacional (ARAÚJO, 2011:334).

Em janeiro de 1966, o Itamaraty solicitou que a Embaixada de Paris lhe enviasse uma relação dos principais veículos da imprensa francesa com as suas respectivas tendências políticas, além dos endereços de suas sedes. A informação certamente serviria para que o ministério pudesse analisar com maior precisão a percepção da opinião pública francesa sobre o Brasil. Os jornais *L'Aurore* e *Parisien Libéré* foram classificados politicamente como de direita. *Le Figaro*, o mais antigo da imprensa parisiense, e *Paris-Jour* foram identificados

²⁹ “Visita do presidente de Gaulle ao Brasil”. 5/10/1964. Ofício n. 98. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Secreto, Deoc/98/430.(85)(42).

³⁰ “Numeração de telegramas”. 17/10/1964. Telegrama n. 374. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Secreto, DCA/346.2(85).

³¹ “Viagem do general de Gaulle à América Latina. Apreciação”. 19/10/1964. Ofício n. 660. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivo, Deoc/Dam/660/430.(85)(20).

como de centro-direita. Já os impressos vistos como de esquerda eram o *Libération*, o *Nouvel Observateur* e *L'Express*. Havia ainda os de centro-esquerda: o *Combat* e *Le Monde*, este último considerado um dos órgãos mais prestigiosos da imprensa mundial no que tange aos temas políticos. Foram citados também os jornais católicos *La Croix*, o segundo mais antigo de Paris, e o *Temoignage Chrétien*, que havia começado a ser publicado de modo clandestino em 1941. Os jornais *Les Echos*, *L'Information* e, o mais difundido deles, *La vie française* eram especializados em temas econômico-financeiros. *L'Humanité* era vinculado ao Partido Comunista e o *Nouveau Candide* era fundamentalmente gaullista. Por último, foi relacionado o *France Soir*, jornal fundado em 1944 e que, sem dar muita ênfase às questões políticas, tornara-se aquele de maior circulação no país e de mais ampla distribuição no exterior.

Em seguida, Mendes Vianna fazia uma breve análise do posicionamento dos jornais com relação ao governo francês. O *France Soir* e o *Paris Jour* eram partidários de de Gaulle, os periódicos considerados de esquerda e de direita faziam oposição sistemática ao governo, enquanto *Le Monde* e *Le Figaro* faziam uma análise mais nuançada e, em certos casos, favoráveis à política do general. O embaixador não examinava a posição dos jornais no que concerne ao regime político brasileiro, com exceção do *Combat* que, apesar de ter tendência de centro-esquerda, destacava-se pela simpatia com que tratava os “acontecimentos políticos posteriores à Revolução de 31 de março”.³²

A atitude oposicionista dessas publicações levaram o embaixador Mendes Vianna a reunir-se, em uma viagem ao Brasil, com o secretário-geral do MRE para discutir uma ação que iriam empreender junto às autoridades francesas, para que elas ficassem aptas a informar a imprensa do país quanto “à verdadeira situação do Brasil”, evitando, desse modo, o mal estar causado por artigos que vinham sendo veiculados. Nesse sentido, a Secretaria de Estado produziu um texto que deveria fundamentar as ocasiões em que a embaixada precisasse defender o regime político brasileiro:

É curioso verificar a maneira como foi recebida no exterior a Revolução brasileira de 31 de março de 1964. A reação negativa dos países comunistas era de esperar e é consolador que nos Estados Unidos da América tenha sido o movimento encarado como o que verdadeiramente foi: praticamente o único recuo de envergadura imposto ao comunismo internacional desde o fim da guerra. Causa espécie, no entanto, a reação dos setores liberais da Europa Ocidental, sobretudo porque as críticas mais acerbas vêm daqueles que nunca deixaram de aconselhar moderação e espírito de justiça diante dos avanços da tirania de esquerda. A ideia cediça de que “o mundo marcha para a esquerda”, ou considerações eleitoreiras de que é pagante

³² “Remessa de relação dos principais órgãos de imprensa. Circular 5.952”. 4/2/1966. Ofício n. 106. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Ofícios recebidos, Ostensivo, DI/106/691.1(85).

cortear os setores de esquerda parecem estar na origem dessas críticas. O mérito da Revolução de 31 de março foi justamente o de ter feito explodir no Brasil o grande mito esquerdista, pondo a nu a inabilidade intelectual e administrativa do regime anterior, que levava um país fabulosamente rico às portas da falência. Dezoito meses após a instalação do novo governo, o balanço é impressionante: 200 milhões de dólares de atrasados comerciais foram pagos; 300 milhões de dólares de reservas em moedas fortes sustentam a nova política econômica, que já pode acusar um saldo positivo de 400 milhões de dólares na balança comercial. No plano das finanças internas, o déficit ocorrido em 1965 foi menor do que o previsto, fato virgem no mundo, e, em 1966, não haverá déficit algum. As emissões não cessaram, é certo, mas têm agora por lastro ingressos correspondentes de divisas. Mas será o governo que conseguiu isto uma “ditadura militar”? No Brasil atual, a oposição funciona e ganha eleições. Dos quinze ministros de Estado, só dois são militares da ativa. A opinião das Forças Armadas tem, por certo, peso considerável no novo Brasil, mas o importante é que sua participação na vida pública se faz não através de homens, individualmente, mas como um todo. Trata-se de organização que durante século e meio acompanhou a evolução da política brasileira sem tomar partido e que agora aceitou o encargo de um papel político, sem contudo descartar a colaboração da nova classe de funcionários civis, eficientes e honestos, que como os seus correspondentes das Forças Armadas buscam dar corpo a uma nova ordem dentro de um espírito de justiça social, de probidade funcional e de eficiência administrativa.³³

Em fevereiro de 1966, Mendes Vianna foi nomeado para a Embaixada de Santiago do Chile.³⁴ Para substituí-lo em Paris, foi designado Olavo Bilac Pinto. Antes da chegada de Bilac Pinto, Juracy Magalhães, o ministro das Relações Exteriores, preparou um extenso relatório para orientar o novo ocupante do cargo.³⁵ O embaixador chegaria a Paris em um momento delicado da história da França. Após sete anos de mandato, o general Charles de Gaulle acabara de ser reeleito em uma disputa bastante acirrada.³⁶ Segundo o documento, o presidente, a partir daquele momento, passaria a se ocupar com a sua sucessão, já que concorrer a um novo pleito poderia ser desastroso para ele. A população francesa estaria cada vez mais resistente ao estilo de governo gaullista, pautado em seu poder pessoal, e parecia desejar a consolidação de suas tradições democráticas. As tentativas de Charles de Gaulle para recolocar o país em uma posição de uma potência maior e mais autônoma nunca haviam alcançado grandes avanços. O país encontrava-se em declínio com a redução de seu poder

³³ “Artigo no *Le Monde* sobre a política do Brasil”. 10/2/1966. Telegrama n. 59. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Confidencial, AEAf/APP/DEOc/DI/500.

³⁴ “Chefia de missão diplomática”. 4/2/1966. Telegrama n. 39. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas expedidos, Secreto, G/921.1(42)(32).

³⁵ “Entrega de credenciais do embaixador Bilac Pinto”. 13/5/1966. Memorando. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Memorandos expedidos, Secreto, AEAf/DEOc/34/921.1(42)(85).

³⁶ “Eleição presidencial. Candidaturas”. 18/11/1965. Carta-telegrama n. 571. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegrama recebidas, Ostensivo, DEOc/571/600(85); “Eleição presidencial. Desistência”. 19/11/1965. Carta-telegrama n. 575. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegrama recebidas, Ostensivo, DEOc/575/600(85); “Eleição presidencial. Situação dos candidatos”. 30/11/1965. Carta-telegrama n. 586. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegrama recebidas, Ostensivo, DEOc/586/600(85); “Eleição presidencial. Declaração do general de Gaulle”. 22/12/1965. Carta-telegrama n. 629. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegrama recebidas, Ostensivo, DEOc/629/600(85).

colonial. Ainda assim, em uma perspectiva realista, a França havia conseguido ampliar suas parcerias e intercâmbios, intensificando a defesa de seus interesses e resguardando a sua soberania. A perspectiva do serviço diplomático brasileiro era de que em seus sete anos seguintes de mandato, de Gaulle deveria se dedicar de maneira crescente à política interna e teria que “abster-se, na esfera internacional, de gestões e iniciativas que não representem sucesso certo, imediato e estrondoso, uma vez que não poder dar-se ao luxo de colher derrotas, ou êxitos incolores”.

No final de 1966, a Embaixada recebeu do MRE o pedido de uma relação completa dos asilados políticos que se encontravam na França.³⁷ Naquele momento, a representação brasileira se viu com dificuldades de cumprir a tarefa. Não havia na França, a não ser em casos raros, tratamento especial para asilado político. Além disso, não havia necessidade de visto para os nacionais entrarem no país como turistas. Então, se o cidadão brasileiro não fizesse nenhum pedido à Embaixada ou ao Consulado, como, por exemplo, a prorrogação do passaporte, era difícil ter controle sobre a sua presença em território francês e, principalmente, monitorar suas atividades políticas, sem a ajuda do governo daquele país ou sem o uso de meios clandestinos. Portanto para atender à solicitação da Secretaria de Estado, Carlos Calero Rodrigues resolveu verificar os nomes dos brasileiros que haviam recebido autorização para residir na França e chegou ao número de 742 pessoas, sendo 397 homens e 345 mulheres. O diplomata ressaltava que para chegar a essa informação havia recorrido a “meios particulares”, pois, em um caso como o daquela consulta, não poderia contar com a cooperação dos meios oficiais. De todo modo, sugeria que uma outra forma de se chegar à informação pretendida seria submeter uma lista nominal aos serviços oficiais, pois, daquela forma, poderiam descobrir se as pessoas indicadas estavam ou não autorizadas a viver no país.³⁸

De um ponto de vista realista das relações internacionais, a política externa de um Estado possui grande autonomia com relação às questões internas do país. Como vimos, há autores que defendem que em regimes autoritários essa autonomia é ainda mais pronunciada e tende a funcionar como um instrumento de conquista de legitimidade tanto interna quanto externa. Sabe-se que, mesmo em governos ditatoriais, a obtenção de consentimento é primordial para a manutenção do regime político (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010).

³⁷ “Asilados políticos brasileiros”. 20/9/1966. Carta-telegrama n. 211. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Cartas-telegramas recebidas, Confidencial, DPP/SSN/617/511.1.

³⁸ “Asilados políticos brasileiros”. 23/9/1966. Telegrama n. 499. AHMRE, Embaixada do Brasil em Paris, Telegramas recebidos, Confidencial, DAJ/SG/SSN/499/922.31(42)(85).

O golpe militar de 1964 não prejudicou as relações políticas franco-brasileiras. Contrariamente, a chegada de um novo grupo ao poder foi vista pelas autoridades francesas como um sinal de maior estabilidade na política brasileira. Para eles, tudo parecia apontar para uma melhoria das relações bilaterais. Embora a intervenção militar tenha sido vista, de início, com alguma desconfiança, logo após a eleição de Castelo Branco, o novo regime, que aparentemente teria uma curta duração, foi reconhecido pelo governo francês. Da mesma forma, para o governo brasileiro, que tradicionalmente via a França como um exemplo de democracia consolidada, era fundamental ter a sua legitimidade reconhecida por aquele país. Mesmo que as relações econômicas e comerciais franco-brasileiras não representassem uma área prioritária para nenhum dos dois, os modelos culturais franceses sempre foram cruciais para a formação das elites nacionais. Houve um empenho constante por parte das autoridades brasileiras para que as relações com aquele país não fossem afetadas pela conjuntura interna. Nesse sentido, a visita do presidente Charles de Gaulle ao Brasil, no segundo semestre de 1964, simbolizou o ápice da retomada dos vínculos entre os dois países.

Ao longo do mandato de Castelo Branco, as denúncias das arbitrariedades cometidas pelo governo brasileiro começaram a ser difundidas no exterior. Os principais agentes responsáveis por essa divulgação foram os exilados brasileiros e a imprensa internacional. Embora Paris não tenha recebido um grande número de brasileiros nesse primeiro momento, o que só viria a ocorrer após o golpe do Chile em 1973, algumas figuras importantes ligadas ao governo destituído pelos militares passaram a viver naquela cidade. A presença de Josué de Castro, Samuel Wainer, Celso Furtado e Violeta Arraes, por exemplo, contribuiu enormemente para que o contexto interno do Brasil fosse conhecido na França. Além disso, aquele país sediava importantes veículos da imprensa internacional cujo peso das denúncias era bastante prejudicial para a imagem externa do Brasil. Aos poucos, a opinião pública francesa começou a se unir aos brasileiros que ali viviam mobilizando-se contra as violações aos direitos fundamentais da pessoa humana cometidas pelos militares. Assim, ao contrário do que alguns autores defendem (GAROT, 1994:46), a imprensa francesa não se caracterizou pela discrição nos primeiros anos do regime militar. Os principais jornais franceses, sobretudo *Le Monde*, deram grande abertura para a publicação de críticas contra o Brasil. Não demorou para que a França passasse a ser vista pelas autoridades brasileiras como um centro privilegiado de contestação do regime.

Nesse sentido, o Itamaraty, por meio de sua representação diplomática em Paris, exerceu um papel fundamental no que concerne à preservação da imagem brasileira. Naquele

contexto, os diplomatas brasileiros estiveram empenhados em impedir a divulgação de notícias sobre as práticas repressivas do regime militar e, ao mesmo tempo, esforçavam-se continuamente para propagar um quadro positivo do governo brasileiro, que não deveria, em hipótese alguma, ser identificado como um regime autoritário. A busca por se criar mecanismos de controle da imagem que se tinha do Brasil na França começaram a ser feitas logo nos momentos seguintes ao golpe. A diplomacia brasileira tornou corrente a tentativa de censurar a imprensa francesa ao enviar cartas aos diretores das publicações e tentar interceder junto ao governo daquele país para que a ajudasse a conter o tom das críticas divulgadas. Além disso, como foi possível observar, o serviço diplomático brasileiro atuou para monitorar os brasileiros que viviam em território francês, buscando impedir, muitas vezes com sucesso, que esses indivíduos expusessem a perseguição a que os opositores do regime eram submetidos. Deste modo, torna-se fundamental compreender como atores institucionais agiram e reagiram face à oposição ao regime na França.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico do Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores. Brasília. Fundo: Embaixada do Brasil em Paris.

Entrevistas: Jean Paul Anglès (primeiro-conselheiro e encarregado de negócios da Embaixada da França no Brasil de 1962 a 1964, sendo que de março de 1963 a junho de 1964 assumiu as funções de embaixador), André Villepreux (vice-cônsul arquivista e, a partir de 1964, terceiro secretário da Embaixada da França no Brasil de janeiro de 1963 a 1966) e Michel Koch (oficial das Forças Armadas, diplomata “disfarçado” e responsável pela política e segurança da Embaixada da França no Brasil de junho de 1963 a junho de 1966) – cedidas pela jornalista Luciana Uchoa.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de; LAMARÃO, Sérgio (Org). *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2007.
- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. *Conquête des esprits et commerce des armes*. La diplomacie militaire française au Brésil. 2011. Tese (Doutorado) – Université Toulouse 2 Le Mirail.
- CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em alto-mar*. FGV: Rio de Janeiro, 1994.
- FERRO, Marc. *História de França*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. *O grande irmão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GAROT, Emmanuel. Le Brésil des militaires à travers le regard français, 1964-1976. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 23-24, 1994.
- GASPARI, Elio. *Ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*. Entre raízes e radares. Record: Rio de Janeiro, 1999.

_____; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

UCHOA, Luciana. *L'attitude de la France à l'égard du nouveau régime instauré par le coup d'Etat militaire au Brésil du 31 mars 1964*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Paris I.

VIANNA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.